

CONSTITUINTE

Divisão abre crise no PMDB e ameaça líderes

BRASILIA — A divisão do PMDB na votação da anistia aos cassados desencadeou a mais grave crise já vivida pela bancada do partido. A contestação ao comportamento dos dirigentes não se limitou ao Líder Pimenta da Veiga, atingindo igualmente o Presidente, Ulysses Guimarães, e prenunciando dificuldades na recondução dos dois. Muitos Deputados temem também prejuízos eleitorais com a exploração do episódio na campanha municipal.

A preocupação com o desgaste político que o partido sofreria votando contra a ampliação da anistia, bandeira tradicional do PMDB há duas décadas, foi levada a Ulysses Guimarães por vários Deputados, que durante a sessão lhe pediam para não votar contra a subemenda Uequed. Ulysses respondeu-lhes criticando a proposta, dizendo que ela anistiará o cabo Anselmo e os autores do crime do Riocentro, advertindo-os de que os três ministros militares haviam ameaçado renunciar e arrematando com uma frase: "É preciso assumir o ônus de ser Governo".

Apesar desses argumentos, Ulysses não conseguiu convencer alguns dos Deputados que têm funcionado como seus mais íntimos colaboradores — Carlos Wilson (PE) e Egydio Ferreira Lima (PE), por exemplo. Entre esses, o clima era de desolação diante da posição do amigo e a avaliação era de que ele falhara durante a condução do processo, minimizando a bancada, e sofreria o desgaste da posição.

Mas mesmo críticos da posição de Ulysses, como o Deputado Walber Guimarães (PR), da ala moderada, reconhecem que o Presidente do PMDB tem grande capacidade de recuperação graças à larga experiência política, e poderá recompor-

se até março, quando se reunirá a convenção para escolha do novo Diretório Nacional. A situação do Líder Pimenta da Veiga seria mais difícil:

— Ele deveria pedir as contas já — sugere Walber.

As críticas ao Líder e ao Presidente, na verdade, são antigas. Pimenta já enfrentou grande desgaste na outra votação importante deste ano, a dos dois turnos para eleição de Prefeitos, quando sua posição foi derrotada pela bancada, começando a rebelião entre seus próprios Vice-Líderes. Ulysses também sofreu duras críticas ao seu desempenho na Presidência, taxado de imobilista e autoritário por representantes da esquerda e da direita do partido, quando há dois meses foi levantada a questão de sua permanência do cargo.

No caso específico da votação da anistia e convocação da Constituinte, as críticas foram ao fato de a bancada não ter sido ouvida nem antes nem durante a votação. O Líder não convocou reunião para discutir o assunto, nem chegou a realizar a reunião rotineira do mês de outubro. Durante os três dias de tramitação da matéria no plenário, Pimenta e Ulysses realizaram contatos diretamente com o Governo. Esta queixa, a mais comum, foi feita por muitos Deputados.

A conclusão era de que o acordo feito pela direção do partido com o Governo não podia ser honrado pela bancada, que dele não participara.

O resultado desta fermentação expressou-se nos números da votação da subemenda Uequed: mais da metade dos Deputados do PMDB presentes votaram contra o Líder e o Presidente — 94 em 187 —, entre os quais a metade dos Vice-Líderes presentes — 11 em 22.

PFL quer mais cargos no Governo em troca da fidelidade demonstrada

BRASILIA — Depois de demonstrar ao Presidente José Sarney maior fidelidade que o PMDB e participação decisiva no cumprimento do acordo para aprovação da proposta do Governo que convoca a Constituinte, o PFL espera o reconhecimento do respaldo político que foi capaz de dar quando o voto do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e a rebelião da bancada peemedebista colocaram em risco as negociações com os militares na questão da anistia aos cassados. O Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, afirmou ontem que o partido "ganhou um crédito para a reforma ministerial".

— Fomos capazes de cumprir o acordo com o Governo, mostrando coesão nas nossas bancadas. Espero que nossa participação seja maior quando vier a reforma ministerial — disse.

Logo de manhã, o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, enviou a Sarney um quadro comparativo da votação do destaque para a subemenda Jorge Uequed, ampliando a anistia aos militares. O gráfico mostrou que 56 por cento (93 entre 166 Deputados) do PMDB votaram a favor, portanto, a proposta do Governo — enquanto 23 por cento (17 entre 73) do PFL adotaram a mesma posição. O Líder não esqueceu o PDS, onde 73 por cento (58 entre 79 Deputados) mostraram que são oposição ao Governo. Registrou também o número de ausentes: 33 do PFL, 38 do PMDB e 42 do PDS.

José Lourenço afirmou ter recebido a seguir do Presidente um telefonema agradecendo o empenho e a

atuação da bancada na rejeição da subemenda Jorge Uequed. Elogiando a atuação do Líder do PMDB, Pimenta da Veiga, e sem criticar a postura de Ulysses Guimarães, dizendo apenas que depois, ao votar no mérito contra a ampliação da anistia "ele assumiu sua responsabilidade", o Líder do PFL não dispensou uma alfinetada no PMDB, insinuando, ao mesmo tempo, que espera agora o reconhecimento do Governo.

— Quem ganha uma eleição participa do Governo. O que não é possível é ganhar e não participar — disse Lourenço. O PFL dá apoio integral ao Governo e não recebe tratamento igual ao PMDB. Quando pedimos nossas indicações aos Ministros do PMDB, não conseguimos, não nos atendem. Mas vou resolver esse problema, e o Presidente já disse a mim que vai exigir o total cumprimento da participação dos partidos da Aliança Democrática no Governo. Política não se faz por acaso, se você é do Governo, tem que votar no Governo.

Quanto aos 23 por cento da bancada do PFL que não obedeceram à sua orientação, José Lourenço achou o nível "excelente, normal, e indicador da democracia interna do partido". Segundo ele, o importante é que o partido foi capaz de dar sustentação parlamentar ao propósito do Presidente Sarney, "que já disse que quer o respaldo político claramente definido, como um vidro transparente, e não fumê".

— O PMDB tem que assumir que é Governo, se tem o Bônus, tem que ter o ônus. Ao Governo cabe dar a reciprocidade.

Prisco faz balanço das vitórias e ressalta nível de unidade do PDS

BRASILIA — Segundo o Líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, valendo-se da falta de coesão apresentada pela Aliança Democrática, o Partido obteve vitórias expressivas nas votações da emenda convocatória da Constituinte e da reforma tributária.

Ele alinhava ontem os ganhos do PDS: derrubada da tese do Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, em favor da comissão legislativa, que se incumbiria da legislação ordinária durante a Constituinte; fixação do prazo de nove meses para desincompatibilização de Ministros e Secretários de Estado sem mandato; e inviabilização dos aumentos dos impostos.

Não obstante, Prisco acha que a

maior vitória do PDS foi a demonstração pública da existência de um satisfatório nível de unidade interna, evidenciado pelos 92 votos de peedestistas em favor do substitutivo do Deputado Walmor Giavarina (PMDB-RS).

Já o Presidente do PDS, Senador Amaral Peixoto, acha que na votação da emenda da Constituinte todos os partidos saíram perdendo, "principalmente o PMDB, por não estar cumprindo promessas que fez na campanha eleitoral. E o Secretário-Geral do PDS, Senador Virgílio Távora, entende que "ficou provado, de uma vez por todas, que as promessas da Aliança Democrática constituem uma teoria que, na prática do poder, não têm valor algum".

Comissão estuda a atuação das multinacionais no País

BRASILIA — O grupo de Brasília da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais deverá estudar questões relacionadas a atuação das empresas multinacionais no País, principalmente na área trabalhista, a fim de formular propostas para a nova Constituição. O tema foi levantado pelo sindicalista mineiro João Paulo Pires de Vasconcelos, da CUT, que foi convidado para um debate e denunciou a política empresarial das multinacionais como "volta para a automatização e para a diminuição mão-de-obra".

O Secretário Executivo da Comissão, Mauro Santayana, disse que a exposição do líder metalúrgico impressionou os integrantes do grupo, que vai estudar o tema e "poderá fazer proposta para regular o setor". O depoimento de Pires de Vasconcelos

será enviado a todos os membros da Comissão para estudo e o grupo de Brasília prosseguirá em seus debates com representantes da sociedade e autoridades.

O líder sindical, que teve seu nome cogitado para integrar a comissão — ele fazia parte de uma primeira lista, elaborada pelo Presidente Tancredo Neves — disse que, no momento, define-se o modelo industrial brasileiro e o País tem de optar entre desenvolver uma tecnologia própria ou ficar a reboque de outras nações.

A importância de incluir nas discussões sobre a nova Constituição o tema da estabilidade no emprego também foi levantada na reunião, quando o sindicalista lembrou que os trabalhadores estão "permanentemente atemorizados pelo fantasma da dispensa imotivada".



Fernando Henrique, Pimenta, João Herman e Ulysses tentam acertar o desorientado PMDB durante a votação da subemenda Uequed

Em meio à tensão, tempo para brincadeira

BRASILIA — "Airton, cadê meus sapatos?" Ainda sonolento, após um cochilo desconfortável em uma poltrona ao fundo do plenário, o segundo-Vice-Presidente da Mesa da Câmara, Carlos Wilson (PMDB-PE), reagiu com bom humor à brincadeira do Vice-Líder do PMDB, Airton Soares (SP). Já passava das 4h30m e a sessão completava 18 horas de duração ininterrupta, quando Airton decidiu esconder os sapatos que Wilson, alheio ao tumulto, havia deixado a um canto do plenário.

— Sei que foi você. Me devolve os sapatos — reclamava o segundo-Vice-Presidente da Câmara.

Esgotados, ambos revezavam-se nos cochilos, sem prestar atenção ao empenho com que os Deputados Adail Vettorazzo (PDS-SP), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Bocayuva Cunha (PDT-RJ) procuravam "incendiar" o plenário, rompendo todas as regras regimentais num tumulto em que ninguém mais se entendia.

O Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), que presidia a sessão, parecia despertar em meio a um pesadelo e dirigia-se a si mesmo no microfone, para espanto de todos. Ao negar uma questão de ordem ao Deputado Adail Vettorazzo, Gadelha disse:

— Mas Senhor Presidente, a Mesa já decidiu sobre a matéria.

O pano de fundo não era menos cômico: nas últimas cadeiras, os Deputados Nelson Marchezan (PDS-RS), Tidei de Lima (PMDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PSB-PE) e Mirtes Bevilacqua (PMDB-ES) dormiam profundamente, e o Deputado João Gilberto (PMDB-RS) esforçava-se para manter-se acordado, segurando com dificuldade o queixo. Jarbas precisou ser cutucado pelo vizinho para atender à chamada de seu nome: era hora de votar.

Após divertir-se com os sapatos de Carlos Wilson, Airton Soares passou a dedicar-se a uma tarefa mais nobre: consultava com avidez os jornais para ver a cotação de ações que investira na Bolsa de Valores.

— Ainda vou ganhar muito dinheiro — brincou.

A emenda da anistia já havia sido rejeitada, e a tensão só não diminuiu para os deputados mais aguerridos, como José Genoíno (PT-SP), Bonifácio Andrada (PDS-MG) e outros. Todo o plenário ansiava pela suspensão da sessão. Genoíno e Andrada se consideravam prejudicados por uma decisão equivocada do Presidente da Mesa, Marcondes Gadelha.

Esfomeados, outros parlamentares recorriam ao Comitê de Imprensa da Câmara para arrumar alguns sanduíches. Thomaz Nonó (PFL-AL) deliciou-se com uma pizza de presunto, devorando-a como se estivesse diante de um prato de stroganoff. O Secretário-Geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, não deixou de notar um sanduíche escondido ao lado de uma máquina de escrever. A Mesa inovou: passou a exigir cafezinho, servidos em bandejas de prata pelos garçons do Senado. Isso porém não foi suficiente para Airton Soares, que reclamava a falta de batatinhas fritas, ironizando.

O Deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA) já não encontrava forças para repetir o feito da madrugada anterior, quando determinou aos seguranças que tomassem e velassem o filme de um fotógrafo que tentava registrar o sono dos Deputados Ulysses Guimarães e Nelson Marchezan. Desta vez, não importunou os profissionais, que trabalharam à



Um líder vitorioso e um derrotado: Prisco e Pimenta

vontade. O Deputado Bocayuva Cunha ameaçava as bancadas do Rio de Janeiro de instalar um gigantesco painel na Cinelândia com os nomes dos que votassem contra a anistia aos militares, e dos ausentes. Quando seu nome foi chamado para votar, estava ausente. A gargalhada foi geral. Na segunda vez que teve seu nome chamado, entrou esbaforido no plenário, agarrou-se com desespero ao microfone, deu seu voto e tentou justificar a ausência arrancando novas gargalhadas.

— Senhor Presidente, estava fazendo painel que prometi — disse. — Quero a relação dos nomes dos parlamentares que votaram contra e a favor da anistia.

Em resposta, Gadelha indagou, irritado:

— Vossa Excelência, por favor, cite o artigo do Regimento que se refere ao painel do Rio de Janeiro.

O Líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), com o símbolo janista ostentado na lapela, não perdeu a oportunidade de iniciar um comício contra o PMDB: ironizava a figura anti-regimental do Líder do Congresso, criada por Tancredo Neves, e exercida pelo Senador Fernando Henrique Cardoso. Foi vaiado e aplaudido, e também interrompido por Gadelha. Fernando Henrique, que estava no gabinete de Ulysses tentando convencê-lo a adiar a votação da anistia, entrou correndo no plenário e deu o troco:

— Vamos ganhar em São Paulo, que vai ser a resposta aos democratas de última hora.

Nas galerias, um reduzido número de militares cassados, que se confundia com os seguranças, lamentava a inutilidade da greve de fome e preparava-se para deixar o local com indistinto desânimo. Enquanto isso, o segurança de Ulysses Guimarães queixava-se pelos cantos do plenário:

— Querem me matar de fome (ele estava há 12 horas sem comer).

Outro segurança pedia socorro a uma taquígrafa.

— Você não tem um Melhoral aí?

— Perguntou à espantada e confusa moça.

Ao final da sessão, quando a Mesa e o Deputado Bonifácio de Andrada discutiam ferozmente, o Deputado Elquisson Soares (PDT-BA), aos berros, sugeria que fossem procurar "um General para decidir a questão", ironizando o acordo entre Ulysses Guimarães e os Ministros militares em torno da anistia.

O dia clareava quando o Senador Marcondes Gadelha se rendeu à Bonifácio de Andrada. Ele, então, apertou a campanha e encerrou a sessão.

Simon: O campo será beneficiado

PORTO ALEGRE — O Ministro da Agricultura, Pedro Simon, convocou ontem, no discurso de abertura do IV Encontro Regional de Agricultura, todos os brasileiros à discussão nacional sobre a situação da produção primária. "Já que o Congresso Nacional Constituinte, a ser eleito em 15 de novembro do ano que vem, vai definir as linhas mestras da Agricultura brasileira".



Jair: Aliança não será afetada

PORTO ALEGRE — O Governador Jair Soares (PDS) criticou ontem todas as decisões tomadas pelo Congresso nas últimas horas, mas admitiu que a Aliança Democrática não sofrerá prejuízos eleitorais. Na opinião de Jair, a Constituinte deveria ser exclusiva, a anistia ampla e a reforma tributária capaz de devolver a autonomia a Estados e municípios.

A questão da anistia, segundo o Governador, deve ser revista logo porque "nestes dias de democracia é preciso buscar a paz e a tranquilidade". Entretanto, Jair reconhece que a decisão do Congresso não alterará o quadro político para as eleições de novembro. Para ele, "não se faz política para um momento mas ao longo de um debate e conhecimento dos homens". Além disso, o Governador salienta que "ninguém conhece a força eleitoral das pessoas prejudicadas pela não aprovação da anistia ampla".

Para o Governador do Paraná, José Richa, não houve derrota do PMDB na aprovação pelo Congresso Nacional, da

Constituinte congressual. Ele disse, em Porto Alegre, que "não se pode falar em derrota nem mesmo na questão da anistia ampla e irrestrita, que setores do partido defendiam".

O que houve foi uma ampla negociação, bem ao estilo do atual momento do País, tão bem representado pela Nova República — afirmou.

Em Salvador, o Ministro da Marinha no Governo Figueiredo, Almirante Maximiliano Fonseca, afirmou que foi acertada e lógica a decisão do Congresso, que recusou o destaque à emenda de convocação da Constituinte do Deputado Jorge Uequed dando anistia e reintegrando à tropa todos os militares cassados a partir de 64 com a patente que teriam hoje caso continuassem na ativa.

— Se fosse um Capitão-de-Fragata, como eu era em 1964, teria de ser reintegrado como Almirante-de-Esquadra, desatualizado e superado, sem ter passado por nenhum curso ou seleção para chegar ao posto — disse Maximiliano, que chefiava atualmente a Diretoria de Transportes da Petrobrás.